ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.

CNPJ/MF nº 14.492.644/0001-59

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.814	2.877
Contas a receber de clientes	7	4.181	5.463
Partes relacionadas	6	3.262	2.847
Tributos a recuperar	–	22	9
Outras contas a receber	–	264	180
Total ativo circulante		**11.543**	**11.376**
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	8	3.537	3.015
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	4
Depósito judicial	12	19	19
Outros ativos		10	–
Imobilizado	9	76.382	80.342
Intangível	10	2.523	2.728
Total ativo não circulante		**82.471**	**86.108**
Total do ativo		**94.014**	**97.484**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	5.354	5.355
Fornecedores	–	315	331
Obrigações sociais e trabalhistas	–	207	203
Tributos a pagar	–	107	116
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	169	139
Partes relacionadas CP	6	3	3
Dividendos a pagar	14	239	–
Outras contas a pagar	13	297	989
Total ativo circulante		**6.691**	**7.136**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	11	40.314	45.516
Provisão para contingências	12	137	–
Outras contas a pagar LP		–	73
Total ativo não circulante		**40.451**	**45.589**
Patrimônio liquido			
Capital social	14	46.104	46.104
Reserva de Lucros		718	–
Reserva legal		50	–
Lucros/Prejuízos acumulados	–	–	(1.345)
Total patrimônio líquido		**46.872**	**44.759**
Total do passivo		**94.014**	**97.484**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas de vendas	15	16.122	16.206
Custo dos produtos vendidos	16	(9.329)	(7.624)
Lucro bruto		**6.793**	**8.582**
Gerais e administrativas	17	(1.079)	(628)
Outras receitas (despesas) líquidas	–	525	(237)
Resultado operacional		**6.239**	**7.717**
Resultado financeiro, líquido	17	(3.323)	(3.863)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**2.916**	**3.854**
Imposto de renda e contribuição social	18	(564)	(520)
Lucro líquido do exercício		**2.352**	**3.334**
Lucro básico por ação – R$	19	0,05	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**2.352**	**3.334**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente	**2.352**	**3.334**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**46.104**	**–**	**–**	**(4.679)**	**41.425**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.334	3.334
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**46.104**	**–**	**–**	**(1.345)**	**44.759**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.352	2.352
Constituição de reserva legal	–	50	–	(50)	–
Constituição de Dividendos	–	–	–	(239)	(239)
Constituição de Reserva de Lucros	–	–	718	(718)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**46.104**	**50**	**718**	**–**	**46.872**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.916	3.854
Ajustes: Depreciação e amortização	5.320	5.230
Juros sobre financiamentos e instrumentos financeiros	3.438	3.803
Provisão para contingências	137	–
Atualização monetária de financiamentos	–	22
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	1.282	(1.382)
Partes relacionadas	(415)	–
Impostos a recuperar	(9)	(5)
Outros créditos	(167)	(47)
Fornecedores	(16)	210
Impostos a recolher e obrigações sociais e trabalhistas	(5)	(209)
Outras contas a pagar	(692)	736
Caixa proveniente das operações	11.789	12.212
Juros pagos sobre financiamentos	(3.439)	(3.853)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(534)	(520)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.816	7.839
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores imobiliários	(522)	(440)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.155)	(426)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.677)	(866)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de financiamento	(5.202)	(5.202)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.202)	(5.202)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	937	1.771
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.877	1.106
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.814	2.877
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	937	1.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. ("Companhia"), anteriormente NCER Eólica Vento Aragano I S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande-RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2017 e tem como objeto social: **(a)** receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para estabelecer-se como produtor independente de energia; **(b)** desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado Corredor Vento Aragano I ("Corredor Vento Aragano I" ou o "Projeto"); **(c)** comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e **(d)** celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O Projeto possui capacidade instalada de 29,7 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 13,8 MWm, pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"'), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista NCER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. ("NCER"). A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 22 de abril de 2022. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei das Sociedades por Ações, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os caixas e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" "Partes relacionadas" e "Títulos e valores mobiliários". **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são contabilizados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou *impairment* como perdas incorridas ou esperadas. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 11). **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.7. Intangível:** O intangível incluem licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva ("CER"), 20 anos a partir do início das operações. **2.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar será reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.9. CPC 46 – Arrendamentos:** O CPC 46 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A Companhia adotou inicialmente o CPC 06/IFRS 16 Leases (Arrendamento Mercantil), a partir de 1º de janeiro de 2019, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2019). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 06 (IFRS 16) ao período comparativo apresentado. A aplicação dos requerimentos do CPC 06/IFRS 16 Leases (Arrendamento Mercantil) resultaram na constituição de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no valor de R$ 302. Os valores do passivo de arrendamento estão apresentados pelo fluxo de pagamentos descontados a valor presente pela taxa incremental dos contratos de empréstimos. A taxa média de desconto foi de 9,35% a.a. em 2021 (7,28% a.a. em 2020). **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **a) Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, na qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL, em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre – PLD, na qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. A Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido base para o cálculo do imposto de renda para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 8%. Sobre o lucro presumido é apurado o imposto à uma alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o valor que ultrapassar R$ 60 por trimestre. O percentual de lucro presumido base para o cálculo da contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 12%. Sobre o lucro presumido, é apurada a contribuição social à uma alíquota de 9%. **2.13. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. São elas: • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00 R2); • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15); • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 Contratos de Seguros; e • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. **3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de risco financeiro:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **a) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Riscos com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda, decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim sumarizado:

	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	**45.668**	**50.871**
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(3.814)	(2.877)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 8)	(3.537)	(3.015)
Dívida líquida	**38.317**	**44.979**
Total do patrimônio líquido	**46.523**	**44.759**
Total do capital	**84.840**	**89.739**
Índice de alavancagem financeira – %	**45**	**50**

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado/ Custo amortizado	
	2021	2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	3.814	2.877
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 8)	3.537	3.015
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 7)	4.181	5.463
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6)	3.262	2.847
Outros créditos	264	180
Total	**15.058**	**14.382**

	Outros passivos financeiros	
	2021	2020
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	45.669	50.871
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 12) **(i)**	612	601
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6)	3	3
Total	**46.284**	**51.475**

(i) O valor de antecipação de clientes não compõe o saldo de instrumento financeiro, pois o mesmo será revertido em serviços de geração de energia, não movimentará caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Caixa e bancos	786	1.256
Aplicações financeiras **(i)**	3.028	1.621
Total	**3.814**	**2.877**

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados em 90% em 2021 e 2020 do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata.

6. Partes relacionadas – a) Ativo	2021	2020
ADS ER Eólica Corredor do Senandes II **(i)**	700	538
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III **(i)**	1.168	1.112
ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV **(i)**	1.394	1.197
Total	**3.262**	**2.847**

(i) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes registrados no ativo circulante referem-se ao rateio de despesas administrativas do Complexo.

b) Passivo	2021	2020
ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV **(ii)**	3	3
ADS Complexo Eólicos Corredor dos Senandes **(iii)**	239	–
Total	**242**	**3**

(ii) Refere-se ao saldo de reembolso de despesa. **(iii)** Refere-se ao saldo dividendos a pagar. **c) Remuneração da Administração:** Considerando que os administradores da Companhia são pagos pelo Grupo NC, não existem valores de remuneração pagos a pessoas físicas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

7. Contas a receber de clientes	2021	2020
Direitos a faturar **(i)**	3.042	2.919
Clientes nacionais **(ii)**	1.139	2.544
Outras duplicatas a receber	–	–
Total	**4.181**	**5.463**

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; **(ii)** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos dos clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme abaixo:

	2021	2020
Vencimento até três meses	134	1.080
Vencido de três a seis meses	143	515
Vencido acima de seis meses	862	949
Total	**1.139**	**2.544**

8. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R$ 3.537 (R$ 3.015 em 2020), remunerado em 99%do CDI em 2021 e 2020, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota Explicativa nº 11), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.

9. Imobilizado

	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**84.024**	**611**	**73**	**110**	**84.818**
Aquisições	55	370	1	177	**603**
Depreciação	(4.834)	(109)	(11)	(83)	**(5.037)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**79.245**	**872**	**63**	**162**	**80.342**
Aquisições	585	537	5	25	1.152
Depreciação	(4.844)	(191)	(11)	(66)	(5.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**74.986**	**1.218**	**57**	**121**	**76.382**
Taxas anuais de depreciação – %	**4**	**10**	**10**	**20**	

continua …